

## A Era das Formas Urbanas Extremas\*

[The Age of Extreme Urban Forms ]

Otília Beatriz Fiori Arantes\*\*

**Resumo:** O presente texto busca analisar o que se pode denominar de “novo tempo das formas urbanas extremas”, que, consideradas em seu amplo espectro, incluem o “estágio Dubai do capitalismo”. Elas se organizam por dinâmicas de hiperurbanização e transurbanização que aprofundam e transcendem o diagnóstico de “fim de linha” do projeto moderno e podem ser vislumbradas em duas situações de extremos, os “paraísos do mal” de Mike Davis e Daniel Monk: a novas cidades asiáticas e as cidades favela, particularmente, Lagos. Ambos os casos fornecem um panorama não só dos contrastes monstruosos que definem o mundo contemporâneo, mas o cenário original do que viria ser chamado de “urbanismo militar” (tempo de cidades sitiadas, escaneadas, de populações-alvo rastreadas, vigiadas, preventivamente contidas e abordadas segundo perfis de risco).

**Palavras-chave:** Hiperurbanização. Transurbanização. “Paraísos do mal”. Mike Davis. Daniel Monk. Urbanismo militar.

**Abstract:** The present text seeks to analyse what can be called the “new age of extreme urban forms”, which, considered in its broad spectrum, include the “Dubai stage of capitalism”. They are organized by hyper-urbanization and trans-urbanization dynamics that deepen and transcend the “end-of-the-line” diagnosis of the modern project and can be glimpsed in two situations of extremes, the “havens of evil” of Mike Davis and Daniel Monk: the new Asian cities and the slum cities, particularly Lagos. Both cases provide a panorama not only of the monstrous contrasts that define the contemporary world, but the original scenario of what would come to be called “military urbanism” (a time of besieged cities, scanned, target populations tracked, watched, preventively contained and addressed according to risk profiles).

**Keywords:** Hiperurbanization. *Evil Paradise*. Mike Davis. Daniel Monk. *Military Urbanism*.

---

\*Texto inédito, apresentado como comunicação em mesa redonda sobre “A produção contemporânea da cidade (do futuro): entre o cosmopolitismo desigual e o localismo espetacular”, coordenada pelo prof. Márcio Valença, no II ENANPARQ (Natal/RN, set.2012). Redação final de 2014.

\*\*Professora livre-docente do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP). Doutora em Filosofia pela Université de Paris 1 Panthéon-Sorbonne (1972). E-mail: [otiliabfa@uol.com.br](mailto:otiliabfa@uol.com.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2514-4049>.

Há aproximadamente 20 anos atrás arrisquei um juízo, por assim dizer, final acerca do leque de possibilidades oferecidas pelas intervenções urbanas alternativas num horizonte ele mesmo rebaixado pelo esgotamento das utopias modernas do Plano. É que, ao ímpeto demolidor efetivamente preconizado pelos modernos, em sintonia com a maré ascendente da industrialização, e praticado em nome da racionalidade esperada de uma cidade planejada, acabou sucedendo algo como a sublimação da cidade-colagem, por sua vez estilização de uma proliferação urbana beirando a entropia, nela incluída a gestão dos novos enclaves de prosperidade. Numa palavra, o urbanismo decididamente chegara ao “fim da linha”. Mais exatamente, era todo um modelo urbano mundial que se desfazia. Um modelo que prometia desenvolvimento estava produzindo assentamentos caóticos de subemprego.

Pouco tempo depois, repassaria noutra chave aquela mesma impressão de sinal fechado, tentando explicar no detalhe a virada de página, ocorrida não só na nova ensaística da *cidade redescoberta*, que mobilizara um aparato conceitual muito *up to date*, no geral pós-estruturalista, escondendo em sua alegada subversão dos discursos totalizantes (ou das *grandes narrativas*), um convívio, no mínimo complacente, com as formas mais extremadas da aliena-

ção contemporânea; mas também na prática dos então novos projetos urbanos, igualmente colados a esta mesma ideologia, que em geral atendia pelo nome de “desterritorialização” e variantes: derrogações, desconstruções, derivas etc.

Ainda um novo capítulo: o retorno do planejamento sob a forma de planificação estratégica das cidades nos moldes das grandes empresas americanas. A revelação da mercadorização integral de um valor de uso civilizatório como a cidade tornou-se razão legitimadora ostensivamente invocada: aqui a novidade realmente espantosa, e tanto mais, que eficiente, não só por deixar a crítica espontânea da cidade-empresa com a sensação de estar arrombando uma porta aberta, mas, sobretudo, por contar com a “compreensão” das populações deprimidas por duas décadas de estagnação econômica e catástrofe urbana: fica assim bem mais simples persuadi-las a se tornarem “competitivas”, na pessoa de suas camadas “dinâmicas”, bem entendido. Esse o núcleo originário da “sensação coletiva de crise”, sublimada pela nova ênfase na autoimagem dos habitantes, tal como lhes é devolvida pela superfície refletora dos Grandes Projetos, no final do século.

O diagnóstico pelo qual comecei, portanto, embora drástico, não parece ter sido prematuro. Como também não

parece ultrapassado ou simplesmente equivocado, apenas não levara na sua devida conta a sobrevida prolongada de um colapso que acabou virando sistema. Não se trata apenas da exponenciação dos dois fenômenos já assinalados à época daquele diagnóstico terminal: o “desenho urbano” da polarização social extrema, por um lado, e a expansão gigantesca do “planeta favela” (Mike Davis) fechando a fronteira urbana, de outro, são “patologias” que confirmam o juízo – patologias às quais se somam agora, e em continuidade, o repertório dos *Evil Paradises* e o recobrimento da nova riqueza emergente pelas “folies” do *Star System* – algo que já se desenhava nas novas “paisagens urbanas”. Para os assim chamados teóricos da Sociedade de Risco, a periferia estava mostrando para a Metrópole o seu futuro próximo: ou seja, estávamos ingressando numa Era Urbana dos Extremos. Para reforço do diagnóstico vou me limitar a duas situações.

## 1

A amostragem mais completa, desse “novo urbanismo”, ou de algo que se situa para além do urbanismo, são as novas cidades asiáticas, passíveis de crescerem *ad infinitum*. Cidades enfim que não obedecem mais a nenhum plano, salvo de sua expansão sem limites –

“cidades genéricas”, na expressão de Koolhaas. Elásticas. Sem história, sem identidade (ou que podem produzi-la a cada semana), ao mesmo tempo, multiétnicas e multiculturais. Cambiantes, imensas, despropositadas, que crescem e se autodestroem ininterruptamente. Que se verticalizam e se esparramam. Com infraestruturas superdimensionadas, prevendo usos futuros ou no intuito de competir com as demais: residências, mas também portos, aeroportos, escritórios, ociosos. Estoques supérfluos, como se fossem cidades fantasmas, estradas que não levam a parte nenhuma, salvo a “possíveis” outras cidades, e assim por diante. Criando enclaves e impasses, infernizando umas às outras. Todas, tendo algo de aeroporto e de shopping center. É como se, depois do fim de linha, ou quem sabe a sua própria e superlativa expressão, tivesse ocorrido ou enfim sido deflagrado o mais espantoso e gigantesco processo de urbanização contemporânea, em curso especialmente na China da Era das Reformas<sup>1</sup>.

O termo para caracterizar um tal processo chinês é bem este: “hiperurbanização” – que nos interessa, além do mais, por exprimir a mudança de paradigma implicada pelo inusitado da escala por assim dizer cósmica, tanto pela compressão do tempo, quanto espacial. Pelo menos na acepção que encontrei empregado pela primeira vez,

<sup>1</sup> Ver a propósito meu livro *Chai-na* (ARANTES, 2011).

por Graham e Marvin, para designar este “espantoso processo de urbanização jamais visto no planeta”, referindo-se sobretudo à reviravolta na tradição de “desenvolvimento comunal no planejamento de infraestrutura” em favor de um furioso empreendedorismo local, conduzido por novas e poderosas municipalidades em associação com corporações internacionais de infraestrutura e consultoria, num ambiente de intensa competição entre cidades (cf. GRAHAM, MARVIN, 2001).

Até aí nada demais, pois é assim que a nova paisagem do mundo vem sendo redesenhada – por “pacotes” infraestruturais amplamente desmembrados, “customizados” e dispersos, para melhor interconectar, menos o entorno local eclipsado do que capitais e investidores internacionais, mais os novos ricos nativos. E isso, desde o “colapso” (a expressão é a preferida dos autores citados) do modelo moderno de infraestrutura urbana integrada, cuja crise, alardeada como um envelhecimento natural, deveu-se à acelerada obsolescência e decadência física da infraestrutura urbana das grandes cidades, especialmente americanas, na virada dos anos 1970 para os 80. Colapso, aliás, que a China não conheceu, pois não havia nada semelhante na era maoísta, durante a qual havia sido decidido que o país simplesmente não se “desenvolveria”, na acepção convencional do termo no mundo capitalista. Assim, no âmbito de uma urbanização restrita – em

favor de uma industrialização em marcha forçada totalmente endógena –, a rede social de infraestrutura foi contida em patamares mínimos.

A China renasceu, pois, aos pedaços, é verdade que sobre os escombros do antigo sistema de planejamento central. Digamos que nesta conjunção reside todo o foco do nosso argumento: na forma de enclaves possibilitados justamente pelas novas tecnologias de segmentação infraestrutural. Se assim for, estamos nos confrontando com a combinação desconforme de números astronômicos com implantes na escala social de um aldeamento. É preciso notar que estes números alucinantes são normalmente compilados para deixar estupefata uma classe específica de acumuladores, e, obviamente, seu público aplastado e subjugado por este processo, digamos, de hiperdimensionamento. Circunstância cuja omissão torna apenas trivial a estupefação diante do registro que Pudong é o maior projeto em construção no mundo. Tudo bem pesado, são apenas listas de factóides, de paisagens, infraestruturas ou cidades Potenkim, mas o fato é que impressionam, ainda mais quando revestidos pela parafernália de acessórios do *design* corporativo. Tal gigantismo compulsivo nada mais é do que uma verdadeira mutação pelo excesso – com certeza uma expansão “até novas, inimagináveis e, talvez, impossíveis dimensões”, na expressão de Fredric Jame-

son<sup>2</sup>, e que impressionam, sobretudo pelas proporções descomunais assumidas por qualquer significante urbano que associe, e faça sentir, os efeitos correspondentes, um ícone qualquer do ultramoderno (seja lá o que isto queira dizer) e uma explosiva escala sobre-humana, como se encerrasse uma *promessa de aniquilação*.

## 2

Passando ao outro lado “extremo” nos deparamos igualmente com essa ambiência análoga de mutações radicais. Refiro-me à expansão acelerada das grandes capitais do Planeta Favela descrito por Mike Davis (cf. DAVIS, 2006). E, para tanto vou me deter especialmente numa das muitas profecias apocalípticas de Rem Koolhaas, sua percepção de que o paradigma da nova urbanidade pós-urbana deve ser reconhecido no seu extremo patológico, ou seja, nada mais nada menos do que a impressionante capital da Nigéria. Assim, Lagos não seria mais ou apenas um caso de “evolução” extrema, situado, agora que o antigo modelo urbano mundial se desmanchou, no “primeiro plano da modernização global”. Não é Lagos que se aproxima de nós – afirmam os pesquisadores do *Project on the City*, de Harvard, coordenado à época por Ko-

olhaas –, mas somos nós que estamos a ponto de alcançá-la, e nos seguintes termos (à altura de um *grand finale*): “o fato de que muitas das atuais tendências das modernas cidades ocidentais se deixaram reconhecer de forma hiperbólica em Lagos sugere que refletir sobre a cidade africana é pensar no estado terminal de Chicago, Londres e Los Angeles” (KOOLHAAS et al., 2000, pp. 652-3). Simples assim, para dizer o menos: no fim de linha da cidade civilizada, nos deparamos com um modelo futuro literalmente “fora da civilização”. Se quisermos prosseguir, concluem, será preciso rever as ideias herdadas e “reconceitualizar a própria cidade”. Mas agora, em algum ponto de intersecção terminal de um colapso que funciona: pois é, Lagos “funciona” – 15 milhões de pessoas de algum modo sobrevivem nela. E mais, “a operacionalidade de uma megalópole, como Lagos, ilustra a eficácia em escala macro de sistemas e agendas consideradas marginais, informais e ilegais segundo a compreensão tradicional de cidade”.

Obviamente Koolhaas não é nenhum alucinado a ponto de considerar Lagos um “sistema de gerenciamento urbano estratégico de baixa renda”, nas palavras de um burocrata de agência multilateral de fomento (*apud* DAVIS, 2006, p. 180). Não é menos certo, contudo, que seu raciocínio oscila entre um fu-

<sup>2</sup>Publicado originalmente na *New Left Review*, nº 46, 1984, recolhido posteriormente em livro, *Postmodernism, or, the Cultural Logic of Late Capitalism*, tradução brasileira JAMESON, 1996, cap. 1.

turo “distópico” – afinal um paciente terminal é alguém que não reage mais a nenhuma terapia – e os mitos correntes da informalidade redentora, pois é a partir de um certo patamar, por certo extralegal, de auto-organização que, a seu ver, se dá uma “estranha combinação de subdesenvolvimento extremo e desenvolvimento” que o fascina, sem perceber, talvez, que esta é a definição mesma da periferia, superdimensionada agora pela reversão de sua industrialização em moldes clássicos, precipitada ainda mais pelo surto maligno da renda petroleira. Diz ele: “O que me espanta é ver como as infraestruturas de modernidade da cidade provocam todos os tipos de condições improvisadas e imprevisíveis, de forma que passa a existir uma espécie de dependência mútua que eu jamais vi em outros lugares”, continua. Não surpreende, pois, que certa vez, de passagem pelo Brasil, tenha comparado São Paulo ao arquétipo terminal – Lagos – se o critério (não o único, claro) for a criação de mercados instantâneos ao longo de um cipoal viário eternamente congestionado<sup>3</sup>.

Justamente, a certa altura de um artigo aterrador sobre Lagos, o escritor e jornalista George Packer esbarrou, também ele, na profecia ultrafuturista de Koolhaas (no que se segue, cf. PARKER, 2007). Depois de esfregar bem os olhos, remeteu o leitor a um retrato do próprio arquiteto visitando Lagos pela

primeira vez:

Sua equipe estava tão assustada que não saía do carro. O grupo acabou alugando o helicóptero do Presidente da Nigéria, o que lhe permitiu ter uma visão mais tranquilizadora. Visto de cima, o monte de lixo que aparentemente queimava se revelou, na verdade, uma aldeia, um fenômeno urbano com uma comunidade altamente organizada vivendo na superfície. O que tinha o aspecto, ao rés do chão, de uma acumulação de movimentos disfuncionais, parecia de cima um trabalho admirável, a prova de quão bem Lagos poderia se sair.

Pois na opinião do autor, este “ímpeto de olhar para um amontoado de lixo que aparentemente queimava e ver um fenômeno urbano, e assim fazer dele a matéria prima para um conceito esteticamente elaborado”, no fundo, nada mais é do que uma outra maneira de desviar o olhar, no limite até compreensível, “uma vez que a miséria humana que se vê em Lagos não só aniquila os sentidos como parece irreversível”. Pode ser, mas seria o caso de acrescentar, desde já, que esta mal disfarçada estetização compensatória vem

<sup>3</sup>Cf. *Folha de S. Paulo*, 6/mar/2002, p. E1.

a ser uma alavanca indispensável das *modernizações pós-colapso*.

Não está aqui todavia a novidade – afinal todo o episódio pós-moderno conviveu com esta estilização da degradação urbana<sup>4</sup>. É preciso lembrar que “megacidade” é a denominação adotada pelo Programa das Nações Unidas para aglomerações de mais de 10 milhões de habitantes, projetando-se para Lagos uma população de 25 milhões até 2015, a terceira no ranking mundial – consta que os lagoenses costumam se referir a este *upgrading* às avessas, como se fosse um troféu brilhando no âmago da reputação assustadora da cidade... É possível que esta nova imagem da cidade – como estamos vendo compartilhada e animada por observadores e gestores ocidentais, visão de uma cidade global de empreendedores conectados, semeada por territórios clandestinos vibrantes, onde cada rua é um mercado febril<sup>5</sup> – tenha se imposto na esteira do recente ressurgimento africano, depois de uma traumática desconexão de duas décadas dos fluxos de comércio e investimentos globais. Como nos dois ciclos anteriores de expansão colonial do continente africano, tornou-se novamente uma arena internacional de disputa por recursos estratégicos, acirrada pelo desembarque recente dos asiáticos (cf. FI-

ORI, 2008).

Modernização à vista, portanto, a começar pela malha infraestrutural e respectivos financiamentos, sobre a qual se costuma edificar as periferias. Sem dúvida, crescimento a uma velocidade jamais vista – e ponto, salvo a multiplicação de novos ricos de Luana a Kartoun. Aliás, pela sua própria natureza, não há surto arrasa-quarteirão de *commodities* que recomponha sociedades detonadas por ajustes estruturais e cartéis predadores<sup>6</sup>. Nesse mesmo embalo Lagos continua acumulando um número crescente de seus milhões de habitantes em conjuntos habitacionais na base de enormes blocos de concreto, que, rapidamente, ainda nas palavras de George Packer, vão adquirindo “um aspecto leproso, como se uma doença maligna estivesse corroendo suas fachadas”. E no plano diretor de Lagos – que lhe mostra um subprefeito – as 42 áreas identificadas como ‘arruinadas’ já pularam para 54. No antigo código penal nigeriano, o artigo 49 corresponde aos crimes financeiros. Depois de lembrar que os nigerianos ficaram famosos por seus golpes na internet, Packer observa que se podem ler as palavras “esta casa não está à venda: cuidado com o 49” pintadas nas “fachadas em ruínas em toda a cidade”.

Suponhamos que seja próprio de

<sup>4</sup>Remeto aos meus livros ARANTES, 1993 e 1998 e ao texto “Uma estratégia fatal”, in ARANTES, VAINER, MARICATO, 2000.

<sup>5</sup>Estes e outros retratos dos construtores heroicos das megacidades periféricas comparam, porém implacavelmente retocados, no artigo de George Packer, literalmente impregnado pela atmosfera opressiva respirada por milhões de pessoas sem outra opção além de comprar e vender no frenético capitalismo de rua.

<sup>6</sup>Cf. THE ECONOMIST, 2008. Para uma recapitulação da derrocada da África subsaariana – e em particular da Nigéria, cf. CASTELLS, 1999, cap. 2.

uma cidade terminal essa indistinção entre proliferação galopante dos mais extravagantes mercados de ocasião e uma modalidade específica de erosão urbana: tudo somado, como Koolhaas, nosso autor também hesita diante desta cena convulsionada: sinal de vigor ou de doença – uma força vital ou um apocalipse iminente? Um outro subprefeito entrevistado, diante da antevisão de “23 milhões de pessoas espremidas, tentando sobreviver como cobaias de uma experiência fracassada de um demógrafo louco” não pensa duas vezes: “quanto a mim acho que é um desastre iminente”. Para início de argumento, digamos que a modernização em marcha forçada, empurrada pela memória do colapso, se confunde com essa aceleração que prepondera com certo senso imediato de urgência.

Quanto ao que vem a ser propriamente, ou novamente, “moderno”, nesta nova condição – ruptura de época cuja redefinição estamos buscando através das metamorfoses do urbano –, uma cena de rua como no seguinte flagrante, captado quase em termos benjaminianos no artigo visionário de Packer, não deixa muita margem a dúvidas quanto ao teor do novo “*heroísmo da vida moderna*”: esperando se defrontar com a atmosfera desmoralizante de pessoas deitadas em pleno dia, afundadas no desespero da ociosidade extorquida, nosso autor vislumbra, pelo contrário, um campo de batalha na esfera da circulação, na acepção plena do termo:

“Vi certo dia uma mulher se esgueirando entre diversas faixas de tráfego com seus filhos a reboque, e a expressão do seu rosto era o que classifiquei como tipicamente lagosiana: dura, fechada e séria, mas ao mesmo tempo rápida e esperta, percebendo tudo, pronta para evitar um obstáculo ou aproveitar alguma oportunidade”. Sobrepondo-se a esta camada primordial da modernidade originária, à filtragem traumática da *experiência degradada do choque*, na análise de Walter Benjamin, um derradeiro enquadramento urbano do sujeito monetário expropriado: o da cidade “bazar”, da qual uma megacidade terminal como Lagos é a expressão mais acabada, na ênfase de Koolhaas, agora.

Essa ideia de uma cidade-bazar foi elaborada por V. Ruggiero e N. South, para dar conta, inclusive pela ironia do confronto degradante, da crescente e surpreendente “orientalização” das metrópoles do capitalismo central, à medida mesmo em que se aprofundavam as flexibilizações, em princípio, ultramodernas. Portanto última palavra do “ocidentalismo” reajustado sobre o seu próprio eixo de racionalizações, digamos, weberianas, que implodiram as relações sociais de produção fordistas sobre as quais foi moldada a *cidade funcional* do período anterior (cf. RUGGIERO, SOUTH, 1997; TELLES, HIRATA, 2007). Com a ressalva de que, na visão desses autores, interessa menos um cenário urbano “ocidental”, recoberto por uma intrincada malha informal de com-

pra e venda de tudo e qualquer coisa, lícita ou ilícita, do que a caracterização do espaço social indefinido ou indistinto onde se realizam as mais intrincadas transações morais e mercantis acionadas pela consagração rigorosamente capitalista e em regime de acumulação flexível, como os regulacionistas descrevem o presente estágio, da precarização como norma de vida própria e alheia.

Obviamente o “terminal” chamado Lagos é um nó monstruoso da rede de modernização pós-colapso, em que ninguém trabalha para si mesmo, apesar da miragem em contrário, mais precisamente, em que, numa ponta da cadeia produtiva, as novas agendas da economia do conhecimento simplesmente geram a mercadoria-informação que alavancará, no outro extremo, a nova periferia que também se expande no centro (como preconizava Koolhaas), as infinitas possibilidades de trabalho vivo informalizado por motivo da redundância informacional. Novamente adiantando, é sobre esta rede de conexões, alimentada pela modernização substantiva que não houve, que se ergue a mitologia urbana dos tecnopolos<sup>7</sup>. Mas, como veremos, a imagem pós-urbana de uma cidade terminal – tomando noutra direção o mesmo duplo sentido que Martin Pawley deu à expres-

são “terminal” ao falar da arquitetura contemporânea (cf. PAWLEY, 1998) – não se resume ao arquétipo Lagos, muito menos esgota o presente argumento acerca da sobrevida sem fim de algo fora do programa como uma modernização urbana impulsionada vertiginosamente pelo seu próprio colapso<sup>8</sup>.

### 3

Juntando esses dois extremos da nossa era pós-urbana, seria o caso de arriscar um primeiro reconhecimento conceitual do terreno comum em que se cruzariam as trajetórias explosivas do Renascimento Chinês e do Sul Global com a implosão não menos dramática da “urbanidade” tal como a conhecíamos nas metrópoles do núcleo orgânico do sistema mundial. Pois me parece bem provável que só agora, diante desses conglomerados caóticos que proliferam indefinidamente, estejamos testemunhando de fato a plena realização da experiência daquele *hiperespaço* premonitoriamente descrito por Fredric Jameson no seu ensaio famoso, de 1984, sobre “A lógica cultural do capitalismo tardio” (trad. JAMESON, 1996) –, ao analisar o Hotel Bonaventure, construído no centro novo de Los Angeles, pelo arquiteto e empreiteiro

<sup>7</sup>Ou por outra, recapitulando, pois já tive ocasião de me deter sobre esta dimensão em *Urbanismo em fim de linha* (ARANTES, 1998), e foi tema do capítulo “Barcelona revisitada”, de meu livro *Berlim, Barcelona – duas imagens estratégicas* (ARANTES, 2012).

<sup>8</sup>Poderíamos lembrar outras tantas cidades, um exemplo é a Bombaim descrita por MATHA, 2011 (agradeço a João Marcos Lopes a referência).

John Portman. Autor também de vários Hyatt Regencies, entre outros exemplares da novíssima retórica pós-moderna, na ocasião, em plena batalha com a suposta austeridade elitista do alto modernismo arquitetônico. O que no começo mais intrigava Jameson, e o desnor-teava sensorialmente – como se um novo descompasso histórico estivesse em vias de se instalar entre a nossa percepção e a experiência urbana, algo como um “novo e inimaginável salto quântico da alienação tecnológica” –, era a aspiração inequívoca a ser um “espaço total”, capaz de abrigar, por assim dizer, “uma nova e historicamente original multidão”. A minicidade, encerrada nas quatro torres simétricas – com seus átrios, corredores infindáveis, balcões, escadas rolantes e elevadores panorâmicos –, interligadas por passarelas e recobertas por vidros espelhados que, ao mesmo tempo, refletem e recusam a imagem da cidade degradada à volta, da qual emerge como uma miragem ou, mais precisamente, fantasmagoria, algo como uma *city in the sky*. “Máquinas” destinadas a embebercer, aapequenas e, sobretudo, uma vez que se entre nelas, fazer experimentar uma brutal sensação de desorientação. Não se trata de simples *mise-en-scène*, embora minuciosamente calculada, de trucagem para vender experiências excitantes. Sem poder evidentemente antever o que vinha pela frente, Jame-

son pressentiu a mutação terminal em curso: num tal hiperespaço, foi ultrapassada

a capacidade do corpo humano de se localizar, de organizar perceptivamente o espaço circundante e mapear cognitivamente sua posição em um mundo exterior mapeável (...) esse ponto de disjunção alarmante, entre o corpo e o ambiente construído está para o choque inicial do modernismo, assim como a velocidade da nave espacial está para o automóvel (JAMESON, 1996, p. 70)<sup>9</sup>.

É mais fácil experimentar e “ver” esse espaço do que o definir, muito embora, ou por isso mesmo, seja apresentado por seu autor como um dos elementos definidores da nova era dos descompassos sensoriais provocados pela nova aceleração do *modus operandi* capitalista. De minha parte, e noutro estudo (cf. ARANTES, 2011), penso tê-lo reconhecido na proliferação das megacidades chinesas. Gostaria no entanto de assinalar uma outra “visão” que ocorreu a Jameson por ocasião daquela primeira formulação – e que também permite unificar os extremos que estamos evocando. Algo lhe dizia então que o espaço de Portman não devia ser en-

<sup>9</sup>Para toda esta análise, ver cap. 1, parte V.

tendido como um desvio cenarístico à margem da seriedade da vida, como uma réplica adulta da Disneylândia, por exemplo, embora nele se encontre muito do apreço pós-moderno pela diversão enquanto mera manobra diversionista. Assim, por mais complacente com o mundo do lazer e seus derivados que se apresente aquele espaço de qualquer modo espantoso, Jameson acredita encontrar o seu análogo mais revelador num domínio aparentemente o mais afastado possível, nada mais nada menos do que o “espaço da guerra pós-moderna”, qualificação, aliás, sobre a qual não dá maiores precisões. Salvo a evocação, de fato muito sugestiva, do livro de um veterano da guerra do Vietnã, *Dispatches*, no caso. Reparo a seu favor que especialistas, um tanto heterodoxos, é claro, também estão de acordo em definir a Guerra do Vietnã como a primeira guerra pós-moderna<sup>10</sup>. Por qualquer ângulo que a brutal assimetria daquele conflito seja examinada, indubitavelmente uma guerra de novo tipo entrara em cena, e rigorosamente contemporânea, senão seu epicentro, de mutações naqueles anos, de cuja convergência culminaria o diagnóstico de época que se convencionou denominar Pós-modernismo.

Está claro, como aliás o próprio Jameson assinala, que o argumento acerca da alienação tecnológica, ou mais exa-

tamente, em torno do choque em nossos velhos hábitos de percepção corporal, provocado pela nova experiência de tecnologia da cidade moderna, remonta às análises benjaminianas do confronto da lírica de Baudelaire com a Paris haussmaniana. Mas daí ao termo de comparação que lhe ocorre – o mistério do novo espaço pós-moderno pode revelar seus segredos tanto no átrio dissuasivo de um grande hotel desenhado para embasbacar e embotar, quanto num campo de batalha em que a desmedida tecnológica das forças destrutivas é a regra – o passo surpreende, mas, a meu ver, convence. Penso até que as ideias de Benjamin sobre a experiência do choque nas grandes cidades do alto capitalismo só se devem às cenas de rua filtradas pela sociologia de um Simmel<sup>11</sup>, entre tantas outras fontes, justamente porque amadureceram à sombra do grande trauma coletivo da Primeira Guerra Mundial, um antes e um depois que deixou espantosamente evidente a linha de continuidade unindo a vida mental atropelada na metrópole capitalista e a aniquilação da experiência nas trincheiras da nova guerra de material (no jargão dos especialistas), ou seja, de equipamentos.

Se assim for, só podemos lamentar que Jameson não tenha dado sequência à sua intuição, a saber: porque aquela primeira e terrível guerra pós-moderna

<sup>10</sup>Por exemplo, Chris Hables Gray, *Postmodern War: the New Politics of Conflict*, Nova York, Londres, The Guilford Press, 1997, cap. VIII. Para a denominação, pp. 21-23.

<sup>11</sup>Cf. “A ideologia do lugar público na Arquitetura Contemporânea”, em ARANTES, 1993.

não pode mais ser narrada segundo os paradigmas tradicionais de romances ou filmes de guerra, a rigor precipitando a derrocada de todo os paradigmas narrativos anteriores? A extraordinária inovação linguística da obra, fundindo “idioletos coletivos contemporâneos, como a linguagem do *rock* e dos negros”, é ditada precisamente por essa impossibilidade de transmissão da experiência – de novo, como queria Benjamin. Por certo, as máquinas modernistas de representação do movimento (locomotiva, avião etc.), agora são outras e, por conseguinte, os modos de “vivenciar” o espaço: nos trechos citados por Jameson, destaca-se a nova centralidade fetichista do helicóptero de combate – quem se lembra do filme de Coppola saberá do que estamos falando –

Quando voltei, durante meses, as centenas de helicópteros que eu tinha usado começaram a se juntar até que formaram um meta-helicóptero conjunto, e para mim isto era a coisa mais sexy que existia; o salvador-destruidor, o provedor-desperdiçado, a mão direita e a esquerda, ágil, fluente, experto e humano; a quente, graxa, a rede de lona saturada de selva, o suor esfriando e depois esquentando de novo, um cassete de *rock and roll*, em uma orelha, e a ra-

jada de metralhadora na outra, combustível, calor, vitalidade, e morte, a própria morte, raramente uma intrusa.

Nas palavras do veterano-autor –

o sistema estava programado para manter você *em movimento*, movimentávamos-nos pela guerra como loucos até que não podíamos ver para onde essa correria estava nos levando, apenas víamos com uma clareza ocasional e inesperada, a guerra cobrindo toda sua superfície –,

encontra-se o segredo do hiperespaço, e a vertigem que provoca é a mesma da nova guerra testada no laboratório do Vietnã. O traço de união apenas entrevisto por Jameson é, no entanto, suficiente para sugerir a natureza extrema do pós-urbano vindouro.

#### 4

Com efeito. Vinte anos depois do ensaio desbravador de Fredric Jameson, Mike Davis encerraria seu inventário do *Planeta Favela* com uma evocação profética do legado daquela primeira guerra pós-moderna, na acepção que se viu: “descendo a rua Vietnã”. Digamos que – tendo ele também aprendido, não com a

colorida Las Vegas, mas com a desolada e “desurbanizada” Saigon – Mike Davis tenha tirado as consequências geopolíticas de um “planeta de favelas”, quer dizer, um mundo de cidades sem empregos e que logicamente abdicaram de qualquer veleidade de reforma urbana, para dizer o menos, tenha enfim apreendido, por seu turno, a convergência de origem entre o hiperespaço das formas urbanas extremas (nesta extremidade de agora, as “cidades fracassadas e ferozes” do antigo Terceiro Mundo)<sup>12</sup>, e a geografia da nova guerra.

Está claro que o atual *Warfare State* americano foi o primeiro a mapeá-la, como explica o próprio Davis, reproduzindo, a título de exemplo, o diagnóstico de um capitão da Força aérea americana, publicado no *Aerospace Power Journal*: “A urbanização rápida dos países em desenvolvimento resulta num ambiente de batalha que é cada vez menos compreensível, já que cada vez mais lhe falta planejamento”. [...] Usando o “mar de miséria” que cerca Karachi como principal exemplo, mas citando também as periferias faveladas de Cabul, Lagos, Kinshasa, retrata o desafio do “combate assimétrico” dentro de terrenos urbanos, “não nodais nem hierárquicos”, contra milícias, “com base em clãs”, impelidas por desespero e ódio. Como outros planejadores das MOUT (Military Operations on Urban Terrain),

a receita do autor é a combinação de alta tecnologia com treinamento realista, de preferência nas próprias cidades americanas arruinadas, onde “projetos habitacionais maciços tornaram-se inabitáveis, e instalações industriais inutilizáveis. Mas seriam quase ideais para o treinamento de combate em cidades”. Uma tal desfaçatez leva Davis a se perguntar: “quem exatamente é o inimigo que os futuros soldados-robôs, treinados nas favelas de Detroit e de Los Angeles, perseguirão no labirinto das cidades do Terceiro Mundo?” E a resposta vem de um outro “especialista”, que, depois de citar anarquistas, psicopatas, criminosos ou líderes trabalhistas, acabou centrando o alvo nos “despossuídos em geral” e no “crime organizado em particular”.

Mas não se trata apenas de constatar que as megacidades da periferia engolida pela globalização se converteram em ambientes naturais de batalha, acrescido do fato de que os futuros soldados-robôs, encarregados de dar caça aos sediciosos, camuflados no mar de miséria que cerca Karachi, Lagos etc., treinam, de preferência, em cenários análogos no mundo afluente, como nas áreas arruinadas de cidades desindustrializadas, estando o resto sabidamente murado, bunkerizado etc. Seria preciso dar um passo adiante (mas não aqui, é claro) e verificar se esse

<sup>12</sup>Como Bagdá, ou o que restou dela, depois da guerra: “os combatentes adolescentes desempregados do Exército Mahdi da Cidade Sadr de Bagdá, uma das maiores favelas do mundo”, prossegue Mike Davis, “provocavam os ocupantes norte-americanos com a promessa de que sua principal avenida seria a ‘rua Vietnã’” (DAVIS, 2006, p. 205).

novo tempo das formas urbanas extremas, consideradas em seu amplo espectro, nele incluído o “estágio Dubai do capitalismo”<sup>13</sup>, não seria igualmente o tempo de um novo “urbanismo militar”, tempo de cidades sitiadas, escaneadas, de populações-alvo rastreadas, vigiadas, preventivamente contidas e abordadas segundo perfis de risco etc. (cf. GRAHAM, 2010).

Davis conclui com uma descrição sombria da experiência de choque destas populações:

Essa dialética ilusória dos lugares urbanos demoníacos gera um dueto sinistro e incessante. Noite após noite, helicópteros armados perseguem como vespas inimigos enigmáticos nas ruas estreitas dos bairros favelados, despejando o fogo do inferno sobre barracos ou carros em fuga. Toda manhã a favela responde com atentados suicidas e explosões eloquentes. Embora o império possa mobilizar tecnologias orwellianas de repressão, os seus foradalei têm ao seu lado os deuses do caos (DAVIS, 2006, pp. 203-205).

Por fim, quando a segurança prevalece nestes termos – antes de tudo

gestão de uma conjuntura emergencial que tende a se perpetuar –, não só o espaço conhece a metamorfose que se viu, mas o tempo urbano, por sua vez, adquire um estado inercial que Martin Pawley não hesitou em chamar de entrópico, ao qualificar de terminal a arquitetura das cidades mundiais em sua fase pós-urbana: “*a sand-heap-time*”, nem cíclico, nem linear. Enfim, cidades sem história, modulações de um “*sand-heap-urbanism*”, em um mundo, por sua vez, indiferenciado (PAWLEY, 1998, pp. 165, 166), nas quais, o crescimento entrópico se dá movido pela violência e pela guerra sem limites, sem alvo, sem fronteiras, aparentemente de todos contra todos, na verdade, do aparato repressivo, armado até os dentes contra uma população esfolada até o osso. A imagem dupla nos remete também para as fórmulas militares de sempre, agora atualizadas em nova chave: fortificações, muralhas, segregações etc. Assim a lógica do enfrentamento permanente vai desenhando as cidades como campo de batalhas que podem explodir a qualquer momento. Voltando ao urbanismo terminal entrevisto por Pawley, no mundo atual de presença global instantânea, por detrás de fachadas neutras e furtivas, funciona todo um sistema de terminais interconectados em tempo real, desenhados justamente para sobreviver a colapsos infraestrutu-

<sup>13</sup>Como Mike Davis denomina uma das mais extremas fantasias de todas as ilimitações contemporâneas, do luxo sem fim à exploração idem de uma força de trabalho “off shore”, em DAVIS, 2007.

rais, que o fantasma terrorista, em todas as suas variantes, foi transformando em horizonte perene. Aliás, Pawley encerra o livro (cf. PAWLEY, 1998, caps. VII e VIII), depois de uma descrição minuciosa do que ele chama de “arquitetura do terror”, recapitulando a origem de todo o argumento, o grau-zero urbano arquitetônico concebido em resposta aos ataques explosivos do IRA à City de Londres (1993, 1994) e às Docklands (1996). Não custa lembrar que os motins de 2011, nas periferias de Londres, e depois se alastrando para o restante do país – como sempre deflagrado pela violência policial contra jovens “saídos da imigração” –, literalmente tomaram conta e pararam a cidade por dois dias. Na primeira das cidades globais, o Centro e a Margem finalmente se encontraram numa única e compacta forma urbana extrema. Como se há de recordar, Jean Charles de Menezes havia sido executado poucos anos antes no metrô de Londres.

**PS** – Seria obviamente tentador, além de obrigatório, concluir pelo menos com uma nota sobre o fim da fronteira urbana no Brasil. Sem falar que a atual complexidade do “estado da arte” a respeito torna tal veleidade proibitiva, pois já não basta mais evocar a cidade murada, na esteira da Los Angeles de Quartzo, segundo Mike Davis. A recente (janeiro de 2012)<sup>14</sup> re-

moção militarizada de 1.500 famílias de uma ocupação no local dito Pinheirinho em São José dos Campos (SP) – e que se reproduz a cada dia nas nossas cidades, deixando áreas inteiras de favelas incendiadas ou destruídas por tratores, como uma ferida aberta a ser sanada pelas empreiteiras à busca de expansão de novas fronteiras urbanas sobre as quais avançar –, é a prova eloquente de que um limiar decisivo foi ultrapassado na gestão da “formação” urbana extrema do Brasil. Não custa também lembrar a violência quotidiana em São Paulo. Na cidade mais rica do país, a polícia mata mais do que nos Estados Unidos inteiro, multiplicando regularmente chacinas a cada fim de semana, sob pretexto da famigerada (e falida) guerra às drogas e combate ao mito oficial do “crime organizado”. Mas o verdadeiro *Evil Paradise* se encontra em construção na Cidade Maravilhosa, mais exatamente, futura cidade olímpica, Rio de Janeiro. É claro que a “guerra particular” com o varejo das drogas ilícitas vinha de antes, bem como os ataques sistemáticos a que se submete desde a noite dos tempos as populações segregadas nas favelas dos morros cariocas, mas a militarização da gestão social naquela cidade é coisa mais recente, inclusive com o emprego rotineiro das Forças Armadas, bem como o fenômeno das milícias e a atual onda “pacificadora” das UPPs,

<sup>14</sup>Justo alguns meses antes desta exposição no ENANPARQ.

cuja territorialização desenha um claro e muito seletivo mapa de reconquista imobiliária sob pretexto de contenção de conflitos<sup>15</sup>. Essa mesma violência estatal militarizada pode ser observada em ação nas sublevações urbanas que tomaram as principais cidades do país desde as Jornadas de Junho de 2013, cujo foco, ao menos na sua origem, foi a urbanização selvagem sob o comando direto das máquinas urbanas de crescimento. Mas, imaginar esta violação inaudita em continuidade, por exemplo, com os atuais megaprojetos neo-desenvolvimentistas, como uma manifestação precursora de um “urbanismo militar” a caminho no país, envolveria todo um programa de pesquisa como

tarefa política<sup>16</sup>. Não vou avançar sobre este terreno: o da violência urbana, com seus índices e mapas, já estudados a exaustão, apenas quero sugerir outra vez que os novos redesenhos urbanos se dão na forma não mais de uma racionalidade planejada, à maneira da linha de montagem fordista ou, até mesmo, de um planejamento estratégico, como o das empresas capitalistas, mas de um campo fragmentado, disperso, móvel e desigual, obedecendo a uma lógica dos extremos, alimentada pelo medo, o conflito e consequente ilimitação da dinâmica corporativa de acumulação por despossessão (Harvey) que impulsiona todo o processo rumo ao colapso.

## Referências

- ARANTES, O. B. F. *O lugar da arquitetura depois dos modernos*. São Paulo: Edusp, 1993.
- ARANTES, O. B. F. *Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica*. São Paulo: Edusp, 1998.
- ARANTES, O. B. F. *Chai-na*. São Paulo: Edusp, 2011.
- ARANTES, O. B. F. *Berlim, Barcelona – duas imagens estratégicas*. São Paulo: Annablume, 2012.
- ARANTES, O. B. F., VAINER, C., MARICATO, E. *Cidade do pensamento único*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BRITO, F., OLIVEIRA, P. R. (orgs.). *Até o último homem*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- CASTELLS, M. *Fim de Milênio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- DAVIS, M. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- DAVIS, M. *Le stade Dubaï du capitalisme*. Paris: Les Prairies Ordinaires, 2007.
- FIORI, J. L. “Provavelmente, Deus não é africano”. *Valor*, 23/abr/2008.
- GRAHAM, S., MARVIN, S. *Splintering urbanism, networked infrastructures, technological mobilities and the urban condition*. Londres, Nova Iorque: Rowledge, 2001.
- GRAHAM, S. *Cities under siege: the new military urbanism*. Londres: Verso, 2010.
- HABLES GRAY, C. *Postmodern war: the new politics of conflict*. Nova York, Londres: The Guilford Press, 1997, cap. VIII.
- JAMESON, F. *Pós-modernismo – a lógica cultural do capitalismo tardio*. Trad. de Maria Elisa Cevalco. São Paulo: Ática, 1996.
- KOOLHAAS, R. et al. *Mutaciones*. Barcelona: ACTAR, 2000.
- MATHA, S. *Bombaim: cidade máxima*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

<sup>15</sup>Para um apanhado desse vínculo entre megaprojetos e meganegócios que por sua vez alimentam as recentes rebeliões urbanas, Carlos Vainer, “Quando as cidades vão às ruas”, em SECCO, VIANA, ROLNIK et al., 2013.

<sup>16</sup>Para um quadro recente e abrangente desse processo da vida urbana regida pela violência militar, cf. BRITO, OLIVEIRA, 2013.

- PACKER, G. A megacidade. Retrato do futuro urbano, Lagos, na Nigéria, é um aglomerado de 15 milhões de pessoas onde o lixo é mercadoria que mais circula. *Piauí*, fev/2007. Disponível em [<http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-5/dossie-urbano/a-megacidade>]: acesso em [30/out/2014].
- PAWLEY, M. *Terminal Architecture*. Londres: Reaktion Books, 1998.
- RUGGIERO, V., SOUTH, N., "The hate modern city as a bazar". In: *British Journal of Sociology*, vol.48, n. 1, 1997.
- TELLES, V da S., HIRATA, D. V. "Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito". *Revista de Estudos Avançados da USP*, vol. 21, n. 61, 2007.
- THE ECONOMIST. "A ravenous dragon – A special report on China's quest for resources". *The Economist*, 15/mar/2008. Disponível em [<https://www.economist.com/special-report/2008/03/15/a-ravenous-dragon>]: acessado em [30/out/2014].
- VAINER, C., "Quando as cidades vão às ruas". In: SECCO, L., VIANA, S., ROLNIK, R. et al. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

**Recibido:** 27/09/2021  
**Aprobado:** 13/10/2021  
**Publicado:** 31/12/2021

